



Obra no Distrito Federal: construtoras vão recorrer à Justiça para evitar reajustes exagerados de produtos que não foram afetados pela desvalorização do real

Construtoras vão denunciar abusos

Karla Mendes
Da equipe do Correio

Os empresários do setor da construção civil prometem denunciar todos os aumentos abusivos impostos por fornecedores. A Câmara Brasileira de Construção Civil (CBIC), que reúne 59 entidades e associações de construtores e imobiliárias de todo o País, lançou, ontem, um pacto nacional contra a aumento injustificado nos preços de material de construção. Até a próxima semana, eles prometem enviar para a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça um documento completo sobre os abusos. Como provas incluirão até notas fiscais.

Produtos de fabricação nacional incorporaram reajustes que estão deixando os empresários irritados. A madeira, compensados e os reatores subiram 10%. As lâmpadas nacionais aumentaram seus preços em 16%, enquanto que as importadas foram reajustadas em 26%. Os fabricantes de esquadrias de alumínio reclamaram à CBIC que a matéria-prima subiu 26%. "Vamos trocar de fornecedores e denunciar quem estiver pressionando os preços para cima", avisa o presidente da CBIC, o empresário é ex-deputado federal

gaúcho Luiz Roberto Ponte.

Além da denúncia ao SDE, a CBIC também vai recomendar ao governo que adote duras medidas para as indústrias que ameaçam desabastecer o mercado interno destinando seus produtos à exportação. "Exportar ficou muito mais atraente para indústrias que produzem alumínio e aço, por exemplo", cita Ponte. Ele pretende encaminhar um documento-denúncia com propostas para a Secretaria de Acompanhamento e Controle do Ministério da Fazenda. "Temos setores cartelizados, com pouquíssima concorrência, que impõem facilmente os preços", reclama.

PERDAS

Dentre as propostas que serão enviadas à Fazenda estão a diminuição

OS AUMENTOS	
Reajustes no material de construção fabricado no país entre janeiro e fevereiro	
Madeira	10%
Aço	7%
Compensados	10%
Cola branca	40%
Cerâmica para revestimento e pisos	5%
Amianto	5%
Fios elétricos	26%
Reatores	10%
Lâmpadas (nacionais)	16%
Vidros	14%
Alumínio	26%

das alíquotas de importação para os produtos que tiverem seus preços reajustados além das perdas ocorridas com a desvalorização do real. "O governo também pode taxar as exportações para evitar o desabastecimento de alguns materiais", ressalta Ponte.

Outra sugestão é a exclusão dos produtos com aumentos

abusivos do financiamento para material de construção de casas populares da Caixa Econômica Federal — Construcard. O pacto nacional dos construtores também traz uma boa notícia para os consumidores: os construtores prometem não reajustar os preços também. "Recomendamos que as empresas absorvam os custos, no limite de sua saúde financeira, para não reativar o processo inflacionário", destaca Ponte.

A artilharia contra os fornecedores

será pesada. A estratégia inclui a parceria entre os construtores e os lojistas que revendem material de construção para controlar a alta nos preços. A parceria já existe em alguns estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Distrito Federal. Segundo o presidente da Comissão de Materiais e vice-presidente da CBIC, Sarkis Nabi Curi, a experiência vai se estender por todo o país.

Ele conta que, em Goiás, o Sindicato da Indústria da Construção do estado (Sinduscon-GO) e o Sindicato do Comércio de Material de Construção fizeram queixa conjunta ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça. "Só podemos aceitar as reparações das perdas da mudança cambial", avisa.

Os sindicatos da indústria da construção (Sinduscon) de todo o país estão fazendo o levantamento dos aumentos que vai embasar as denúncias da CBIC. No Distrito Federal, o presidente do Sinduscon local, Adalberto Cleber Valadão, detectou reajustes que variam entre 15% e 30%. As maiores altas, 30%, ocorreram no material elétrico. "Estamos aconselhando os empresários a não aceitarem pressões dos fornecedores."